



# 3º BALANÇO SOCIOAMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO



PODER JUDICIÁRIO

**CNJ**

CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

## 1. Introdução

O Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça apresenta o 3º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário cumprindo o disposto no art. 9º da Resolução CNJ nº 201 de 3 de março de 2015.

A Resolução CNJ nº 201/2015 dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e a implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

A partir da publicação dessa Resolução, os tribunais passaram a acompanhar e informar ao CNJ o consumo e o gasto de alguns materiais e serviços comuns a todos. A Resolução prevê quais são os indicadores mínimos que devem ser observados pelos tribunais com o objetivo de promover práticas sustentáveis e consumo consciente desses itens.

O art. 9º dessa Resolução prevê a publicação anual deste Balanço no prazo de 180 dias a contar do recebimento dos relatórios de desempenhos dos órgãos, que se deu em 28 de fevereiro deste ano.

O CNJ também publica todos os dados recebidos em seus painéis. Os painéis constituem uma forma de consulta dinâmica que permite que o usuário navegue pelos indicadores de sua escolha, comparando os resultados dos tribunais em seus respectivos segmentos de justiça. Eles são atualizados diariamente e já contêm informações relativas ao ano de 2019, pois o normativo prevê variações na periodicidade, que pode ser anual ou mensal, a depender do indicador. Os dados mensais são enviados ao CNJ até o término do mês subsequente ao mês de referência. Os dados anuais são enviados até 28 de fevereiro do ano subsequente ao ano de referência. O painel Socioambiental pode ser acessado pelo link [www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis](http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis). Este Relatório, ao contrário do painel, tem por objetivo apresentar os dados consolidados do ano de 2018, com descrição analítica dos principais resultados alcançados.

O presente Balanço se organiza em 21 seções. Cada seção trata de um grupo de indicadores; ao final, são apresentadas as considerações finais, que resumizam os principais destaques do relatório.

## 2. Metodologia

A coleta de dados foi realizada, via sistema, de forma que, os órgãos encaminharam os dados referentes ao ano de 2018 e o Relatório de Desempenho, previsto no art. 23, até o dia 28 de fevereiro de 2019.

No início de maio deste ano, o DPJ enviou aos conselhos, tribunais e seções judiciárias uma “fotografia” do banco de dados do sistema informatizado, a fim de que cada um deles pudesse verificar e, se necessário, retificar os dados inseridos até aquele momento no sistema, ou ainda, incluir novos dados. Nesse momento, eles poderiam corrigir dados relacionados aos quatro últimos anos, a saber: 2015, 2016, 2017 e 2018.

Além desse momento específico destinado especialmente às fases de verificação e de correção dos dados, os órgãos podem consultar as informações prestadas por eles mesmos e pelos demais por meio do painel "Socioambiental", fazendo ajustes sempre que necessário.

Apesar disso, ainda encontramos alguns dados inconsistentes.

As análises foram feitas por ramo de justiça - Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar Estadual, Tribunais Superiores (STJ, TST, TSE, STM) além dos dois conselhos (CNJ e CJF), inseridos em um único grupo.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) funciona no edifício do Tribunal Superior do Trabalho (inciso II, §2º, art. 111-A, CF/88). Desse modo, os dados informados pelo TST incluem o CSJT.

No que se refere à Justiça Eleitoral é preciso considerar a Resolução TSE nº 23.474, de 19 de abril de 2016, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE), editada pelo TSE, e que determina que a análise dos dados será feita entre ano eleitoral e ano não-eleitoral.

Ressalta-se que para algumas variáveis foi feita a comparação entre o consumo do recurso e a força de trabalho total (FTT), correspondendo à soma de todos os colaboradores do quadro do órgão, incluindo magistrados, servidores, comissionados, terceirizados, estagiários, voluntários e juízes leigos.

O presente Relatório também agrega informações de caráter qualitativo disponibilizadas pelos tribunais a partir de seus respectivos Relatórios de Desempenho do PLS-PJ, disponibilizados nos sítios eletrônicos dos órgãos e encaminhados ao CNJ.

## Resultados:

A Justiça Federal apresenta bons resultados. Dos sete primeiros colocados, 4 são TRFs (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Regiões). O segundo tribunal mais bem colocado é o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (ES). O Estado do Rio Grande do Sul está enquadrado em elevadas posições em vários segmentos de justiça: TRF-4ª (1ª lugar), TRE-RS (3º lugar), TJM-RS (8º lugar); TRT-4ª (11º lugar). A exceção é o TJ-RS (71º lugar).

Entre os 10 melhores, tem-se 4 TRFs, 2 TRTs, 3 TREs, 1 TJM. O Tribunal de Justiça mais bem colocado é o TJ-Amazonas, em 17º lugar.

Tabela 1 – Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) por tribunal, ano 2018

Ranking	Justiça	Sigla	Tribunal	Score
1	Federal	TRF4	TRF 4ª Região (RS)	77%
2	Trabalho	TRT17	TRT 17ª Região (ES)	74%
3	Eleitoral	TRE-RS	TRE - Rio Grande do Sul	72%
4	Federal	TRF2	TRF 2ª Região (RJ)	72%
5	Eleitoral	TRE-SP	TRE - São Paulo	71%
6	Federal	TRF3	TRF 3ª Região (SP)	70%
7	Federal	TRF1	TRF 1ª Região (DF)	70%
8	Militar Estadual	TJMRS	TJM - Rio Grande do Sul	67%
9	Eleitoral	TRE-CE	TRE - Ceará	67%
10	Trabalho	TRT13	TRT 13ª Região (PB)	66%
11	Trabalho	TRT4	TRT 04ª Região (RS)	66%
12	Eleitoral	TRE-MG	TRE - Minas Gerais	65%
13	Eleitoral	TRE-SC	TRE - Santa Catarina	65%
14	Trabalho	TRT18	TRT 18ª Região (GO)	64%
15	Trabalho	TRT3	TRT 03ª Região (MG)	64%
16	Trabalho	TRT9	TRT 09ª Região (PR)	64%
17	Estadual	TJAM	TJ - Amazonas	62%
18	Conselho	CNJ	Conselho Nacional de Justiça	62%
19	Conselho	CJF	Conselho da Justiça Federal	62%
20	Estadual	TJRR	TJ - Roraima	61%
21	Trabalho	TRT12	TRT 12ª Região (SC)	61%
22	Superiores	TSE	Tribunal Superior Eleitoral	61%
23	Trabalho	TRT19	TRT 19ª Região (AL)	60%
24	Estadual	TJDFT	TJ - Distrito Federal	60%
25	Estadual	TJMT	TJ - Mato Grosso	60%
26	Superiores	TST	Tribunal Superior do Trabalho	60%

### 3º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário

27	Trabalho	TRT7	TRT 07ª Região (CE)	59%
28	Estadual	TJMG	TJ - Minas Gerais	59%
29	Trabalho	TRT15	TRT 15ª Região (SP)	59%
30	Estadual	TJRO	TJ - Rondônia	58%
31	Militar Estadual	TJMMG	TJM - Minas Gerais	57%
32	Trabalho	TRT10	TRT 10ª Região (DF)	57%
33	Eleitoral	TRE-DF	TRE - Distrito Federal	57%
34	Estadual	TJSC	TJ - Santa Catarina	57%
35	Eleitoral	TRE-SE	TRE - Sergipe	57%
36	Estadual	TJPR	TJ - Paraná	57%
37	Militar Estadual	TJMSP	TJM - São Paulo	56%
38	Trabalho	TRT14	TRT 14ª Região (RO)	56%
39	Eleitoral	TRE-PR	TRE - Paraná	56%
40	Estadual	TJSP	TJ - São Paulo	56%
41	Trabalho	TRT6	TRT 06ª Região (PE)	55%
42	Eleitoral	TRE-RO	TRE - Rondônia	55%
43	Trabalho	TRT16	TRT 16ª Região (MA)	55%
44	Federal	TRF5	TRF 5ª Região (PE)	54%
45	Estadual	TJRN	TJ - Rio Grande do Norte	54%
46	Eleitoral	TRE-RR	TRE - Roraima	53%
47	Eleitoral	TRE-ES	TRE - Espírito Santo	53%
48	Estadual	TJPB	TJ - Paraíba	53%
49	Estadual	TJPA	TJ - Pará	53%
50	Trabalho	TRT8	TRT 08ª Região (PA)	52%
51	Estadual	TJAC	TJ - Acre	52%
52	Estadual	TJBA	TJ - Bahia	51%
53	Trabalho	TRT5	TRT 05ª Região (BA)	51%
54	Trabalho	TRT11	TRT 11ª Região (AM)	50%
55	Estadual	TJPE	TJ - Pernambuco	49%
56	Trabalho	TRT1	TRT 01ª Região (RJ)	49%
57	Estadual	TJTO	TJ - Tocantins	49%
58	Estadual	TJSE	TJ - Sergipe	49%
59	Trabalho	TRT24	TRT 24ª Região (MS)	49%
60	Trabalho	TRT21	TRT 21ª Região (RN)	48%
61	Estadual	TJES	TJ - Espírito Santo	48%
62	Estadual	TJMS	TJ - Mato Grosso do Sul	48%

63	Estadual	TJAP	TJ - Amapá	47%
64	Superiores	STJ	Superior Tribunal de Justiça	47%
65	Eleitoral	TRE-RJ	TRE - Rio de Janeiro	46%
66	Eleitoral	TRE-PE	TRE - Pernambuco	46%
67	Eleitoral	TRE-GO	TRE - Goiás	43%
68	Estadual	TJAL	TJ - Alagoas	42%
69	Eleitoral	TRE-PA	TRE - Pará	41%
70	Eleitoral	TRE-BA	TRE - Bahia	41%
71	Estadual	TJRS	TJ - Rio Grande do Sul	41%
72	Estadual	TJMA	TJ - Maranhão	41%
73	Trabalho	TRT22	TRT 22ª Região (PI)	41%
74	Trabalho	TRT2	TRT 02ª Região (SP)	41%
75	Trabalho	TRT20	TRT 20ª Região (SE)	40%
76	Eleitoral	TRE-PB	TRE - Paraíba	40%
77	Eleitoral	TRE-MA	TRE - Maranhão	39%
78	Estadual	TJGO	TJ - Goiás	39%
79	Eleitoral	TRE-AM	TRE - Amazonas	39%
80	Eleitoral	TRE-MT	TRE - Mato Grosso	38%
81	Trabalho	TRT23	TRT 23ª Região (MT)	37%
82	Eleitoral	TRE-RN	TRE - Rio Grande do Norte	37%
83	Eleitoral	TRE-AC	TRE - Acre	35%
84	Eleitoral	TRE-AL	TRE - Alagoas	35%
85	Superiores	STM	Superior Tribunal Militar	33%
86	Eleitoral	TRE-PI	TRE - Piauí	33%
87	Eleitoral	TRE-MS	TRE - Mato Grosso do Sul	32%
88	Estadual	TJPI	TJ - Piauí	31%
89	Estadual	TJCE	TJ - Ceará	30%
90	Estadual	TJRJ	TJ - Rio de Janeiro	25%
91	Eleitoral	TRE-TO	TRE - Tocantins	19%
92	Eleitoral	TRE-AP	TRE - Amapá	15%

## 21. Considerações Finais

O Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) entrega o 3º Balanço Socioambiental em atendimento ao disposto no art. 9º da Resolução CNJ 201 de 3 de março de 2015, que dispõe sobre a Política Socioambiental no Poder Judiciário.

Este Balanço traz séries históricas dos gastos e consumos dos últimos quatro anos: 2015 a 2018. Os dados são informados pelos tribunais, seções judiciárias e conselhos, conforme determina o art. 1º da mencionada Resolução. Assim, cabe a cada órgão informar e verificar se as informações estão corretas.

Para essa verificação, o DPJ disponibiliza o Painel Socioambiental, atualizado diariamente e oferece consultas por indicador, por tribunal e por ramo de justiça. Além do painel, é oferecido prazo específico aos tribunais para retificação e validação dos dados informados. Entretanto, durante a elaboração deste Relatório, percebeu-se que ainda havia alguns dados inconsistentes.

A sensibilização sobre essa temática exige dedicação e persistência, visto que alguns ainda a veem como um assunto exclusivamente ambiental (preservação), sem nenhuma relação com os aspectos social e econômico. Porém, para tratar das questões relacionadas à sustentabilidade é preciso olhar para os três aspectos do desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômico.

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ) olha para esses três aspectos ao trazer indicadores mínimos de desempenho que aborda o consumo e o gasto com materiais e serviços; e também aborda a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Assim, o Plano de Logística Sustentável deve ser visto como uma ferramenta de auxílio para o planejamento estratégico e para o planejamento financeiro/econômico do órgão.

Fazendo um panorama das despesas do Poder Judiciário informadas no PLS: tem-se que as maiores despesas são aquelas relacionadas aos contratos de terceirização, principalmente os contratos de serviço de limpeza e de vigilância. A soma dessas duas despesas, no ano de 2018, foi de R\$ 1.960.907.084, o equivalente a 57% da despesa total considerada.

Os gastos com água e energia elétrica corresponderam a 18% (R\$ 526.440.423 - energia elétrica e R\$ 95.811.617 - água e esgoto) da despesa apurada, em 2018. E os gastos com papel, copo descartável e água mineral envasada corresponderam a 2% (R\$ 35.380.574 - papel; R\$ 3.298.896 - copo; R\$ 15.031.177 - água mineral).

Destaca-se a seguir os pontos de melhoria alcançados pelo Poder Judiciário no ano de 2018, comparativamente ao ano de 2017:

- Redução de 7% no consumo de papel;
- Redução de 10% no consumo de copos descartáveis;
- Redução de 18% na quantidade de impressões;

- Redução de 7% na quantidade de equipamentos de impressão;
- Redução de 7% no gasto com telefonia fixa;
- Redução de 11% no gasto com telefonia móvel;
- Aumento de 41% na quantidade de papéis destinadas à reciclagem;
- Aumento de 26% na quantidade de participações em ações de qualidade de vida;
- Aumento de 67% na quantidade de ações solidárias;
- Aumento de 22% na quantidade de ações de inclusão para pessoas com deficiência;
- Aumento de 25% na quantidade de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.